

Editorial

Tempo de Tramitação: Sobre Carpinteiros e o Triângulo das Bermudas

Estamos contentes porque conseguimos compor e entregar aos leitores o número 2 de nosso Volume 14. Todavia, não estamos inteiramente satisfeitos e desejamos entregar com brevidade o próximo número e completar o volume de 1998, para, em seguida, começarmos o de 1999 e assim comemorar 15 anos de história de atividade ininterrupta de nossa revista.

Na realização deste volume, cumprimos os critérios estabelecidos em nosso Estatuto e os procedimentos operacionais estabelecidos pela experiência e reflexão das administrações passadas. Procuramos manter a meta de publicar em média 30 artigos por ano, a diversidade temática e de tipo de contribuição, a diversidade geográfica e institucional no que se refere à procedência dos autores, e na definição dos números. No entanto, no que se refere à combinação dos critérios de antiguidade e agilidade na tramitação, experienciamos uma situação que desejamos partilhar com nossos leitores e, em particular, com os autores de manuscritos.

Tempo de Tramitação

Uma das medidas usadas para avaliação da qualidade de uma publicação científica é a estimação do tempo médio de tramitação dos manuscritos. As avaliações consideram duas medidas: o tempo decorrido entre a submissão e a publicação dos artigos e o tempo decorrido entre sua aceitação e a publicação. Por meio desse conjunto de medidas, as instituições financiadoras definem a atualidade e agilidade da divulgação de uma revisão.

No preenchimento do critério tempo de tramitação, nossos índices do ano de 1998 revelam dois aspectos do trabalho editorial que estamos desenvolvendo. Por um lado, temos uma média elevada (13 a 15 meses, a depender da composição final do número 3) para o índice avaliativo tempo entre recepção do manuscrito e publicação do artigo e, por outro, dois meses em média para o tempo entre aceitação e publicação. O que expressam esses números? Em nossa visão, o primeiro ocorreu em função do mergulho que fizemos no assim chamado “triângulo das Bermudas” editorial, ou seja, no mar da “tramitação arrastada” para salvar ali o que fosse resgatável, meta primeira de nossa gestão. E o segundo, é função do ritmo acelerado que imprimimos ao processo de entrega dos números do Volume 14.

Tramitação Arrastada

A experiência de antigos editores de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* mostrou que esse critério é bastante problemático quando trata-se de aplicá-lo na composição final dos números. As dificuldades de aplicação desse critério foram sintetizadas no *Caderno de Procedimento* elaborado por Célia Zannon (1996).

Nossa experiência tem mostrado que o critério de tempo de tramitação é um critério complexo, o que motivou o detalhamento das medidas. Antiguidade do manuscrito e tempo decorrido desde a aceitação tem sido as medidas utilizadas para uma definição grosseira de prioridades na composição de cada edição mas, quase sempre, têm pouca utilidade para a composição final e para a ordenação dos artigos em um mesmo número, quando contraposto aos demais critérios. Algumas considerações são necessárias quando se busca aplicar esse critério.

Nas considerações sobre a aplicação desse critério, Zannon descreve em seu relatório alguns casos nos quais um manuscrito pode ter sua tramitação arrastada: por demora na mão de consultores e conselheiros e, tramitação arrastada devido a qualidades do texto (redação ruim, novidade do assunto, análise dos dados). Basicamente, ela descreve dois tipos de demora: (a) a demora por razões ‘externas’ ao manuscrito e, (b) aquela por razões internas ao manuscrito. Assim, ela descreve a situação:

Há casos em que a demora dos consultores em responder decorre de seus estilos pessoais de organização de tarefas ou de sobrecarga de atividade (razões ‘externas’ ao manuscrito, quase sempre as mais frequentes). Mas, o atraso ocorre também em razão da qualidade ruim da redação do texto, ou de sua complexidade, ou ainda da novidade do assunto e da análise de dados. Portanto, são diversos os motivos para um consultor examinar com mais cuidado, “segurar” ou mesmo “engavetar” um manuscrito – algumas de suas razões falam contra e outras a favor da qualidade do trabalho submetido.

O quadro descrito por Zannon completa-se com suas considerações a respeito das respostas dos autores às exigências de reformulação de seus artigos, quadro no qual ela ressalta o não cumprimento pelos autores dos prazos fixados. Dessa forma, após apresentar os problemas implicados no uso do critério antiguidade/agilidade na tramitação, Zannon conclui que, mesmo com todas as dificuldades apresentadas pelo critério tempo de tramitação dos manuscritos, ele deve ser mantido pela sua relevância, mas também que, exatamente por causa dessas mesmas dificuldades, ele deve ser “tomado com bastante cautela quando se trata de organizar a composição do volume e de cada número” (p. 8).

Por outro lado, a relação direta entre tempo de tramitação e indicações de reformulação a serem feitas nos manuscritos foi já mostrada e discutida por Maria Ângela Feitosa (1994), em editorial dirigido, especialmente, a autores e no qual ela relata que sua experiência como editora de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* havia mostrado “que o tempo de tramitação de artigos com problemas substanciais de redação” era maior que o de artigos bem redigidos. Frente a tal constatação, e com vistas ao cumprimento da função didática da editoria científica, Feitosa oferece aos autores uma orientação sobre o que se espera da redação científica e sobre os passos que um autor pode percorrer até que seu trabalho “resulte em um produto diferenciado” (p. v). Nesse editorial, Feitosa oferece-nos a imagem do artesão-carpinteiro

como modelo emocional para escritores, imagem que ela tomou emprestada de Patrícia Limerick, e que a descreveu da seguinte forma:

O carpinteiro, por exemplo, faz uma porta para um armário. Se a porta ficar fora do esquadro, o carpinteiro não diz, 'Eu não vou modificar aquela porta; ela é uma expressão da minha individualidade; que me importa se ela não fecha?' Ao contrário, o carpinteiro remove a porta e trabalha nela até que se ajuste. Essa atitude aplicada à redação poderia ser nossa salvação. Se nós, escritores acadêmicos, pensássemos mais como carpinteiros, acharíamos uma saída para a armadilha do ego e da futilidade. Livres dessa armadilha, poderíamos trabalhar em versões sucessivas até que o que tenhamos a dizer esteja claro (p. v).

Pois bem, feitas estas observações, nossa experiência com o fenômeno da tramitação arrastada e sua inevitável interferência na composição do Volume 14 corrobora a situação descrita por Zannon (1996) e a relação apontada por Feitosa (1994), particularmente no que diz respeito às respostas dos autores à tramitação arrastada. Concordamos também com a manutenção do critério tempo de tramitação pela sua relevância e as ressalvas feitas por Zannon quanto a sua aplicabilidade na organização e composição dos números. Assim, com base no material manuseado dos manuscritos com tramitação arrastada, desejo trazer alguns elementos suplementares às observações dessas duas editoras de *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, referentes ao papel dos aspectos formais dos manuscritos.

Carpinteiros e suas Portas

A imagem do carpinteiro e sua porta apresenta a visão resultante da imersão realizada no triângulo das Bermudas. Encontrei carpinteiros que modificam suas portas até que se ajustem ao armário e aqueles que não a modificam. Carpinteiros que trabalharam por 30 meses até que sua porta se ajustasse e aqueles que pouco se importaram se ela fechasse ou não. E alguns parecia ser o caso de suporem que o armário deveria ajustar-se à sua porta. Muitas portas foram salvas e outras naufragaram completamente.

O que Leva um Manuscrito ao Triângulo das Bermudas?

Primeiro, o transbordamento da individualidade de estilo de expressão que resulta em manuscrito com número excessivo de páginas para a categoria à qual se destina. Manuscritos nessa condição retornam imediatamente ao autor para ajuste, o que atrasa sua tramitação já desde o início. É necessário que os autores compreendam que essa norma para publicação de revistas científicas não é absurda, pois trata-se, poderíamos dizer, de uma medida democrática que visa assegurar espaço a mais autores. O que a norma pede dos autores é a economia do relato, apenas a informação significativa necessária para a compreensão de seu trabalho. Essa dificuldade é freqüente em autores inexperientes, mas também aparece em autores já experientes, com vários artigos

publicados e conhecedores das normas e do processo editorial. No que se refere aos autores inexperientes, é muito comum o transbordamento em manuscritos que resultam da adaptação de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nesse caso, recomenda-se aos autores a consulta ao manual de publicação da APA, que traz instruções específicas a respeito (1994, pp. 336-339).

Muitas vezes o transbordamento já se anuncia no "Resumo" e conseqüente "Abstract", no título e no título abreviado do trabalho, pois estes também têm o número de palavras restringido pelas normas. O resumo e o *abstract* são peças fundamentais do artigo. O resumo define se o leitor lerá ou não o trabalho. No caso do *abstract*, em virtude deste ser a informação principal que circulará internacionalmente e que dará acesso aos leitores não conhecedores da língua portuguesa, sua importância torna-se ainda mais enfática. Assim, os autores precisam compreender que resumo e *abstract* pedem o máximo de concisão e elementos provocativos que capturem a atenção do leitor, ou melhor, dos leitores diferenciados do manuscrito; editores, *referees*, conselheiros. Um problema que encontramos com muita freqüência foi também a não correspondência entre os textos em português e em inglês. Quanto ao tamanho dos títulos, os autores precisam entender que títulos longos, além de não ajudarem a clarificar de que se trata exatamente o artigo, acarretam dificuldades na programação dos aspectos visuais da revista.

Muitos autores efetuam o transbordamento de uma maneira oblíqua, ou seja, obedecem ao limite de páginas previsto, mas não formatam os manuscritos em espaço duplo. Um manuscrito digitado em espaço duplo tem em média 24 linhas por página, mas encontramos alguns que chegam a ter 50 linhas por página, mais que o dobro da média prevista, o que, em decorrência, aumentará em muito o tamanho do manuscrito. A não observância dessa norma torna difícil a revisão formal e gramatical, e o trabalho dos consultores, pois dificulta a leitura e não deixa espaço para anotações e sugestões de correção em pontos bem definidos do manuscrito. Um texto nessas condições fica paralisado até que o autor o ajuste às normas necessárias para a obtenção do produto final conforme os padrões previstos pela comunidade científica.

Outro aspecto formal muitas vezes não considerado em toda a sua importância diz respeito às referências. Uma referência incompleta não tem nenhuma utilidade para o leitor e descumprir o caráter de socialização da informação veiculada. Não é incomum o caso de uma "meia-referência", impossível de ser completada pelo autor ou mesmo pela editoria, obrigando, já no processo de revisão das provas finais, a modificação de passagens substanciais do artigo.

Há que se cuidar, também, das notas de pé de página. Quando estas não são usadas com parcimônia e perfeitamente ajustadas ao desenvolvimento do texto, as notas apresentam muitas dificuldades, não só pela interrupção da leitura, mas também pelo espaço que ocupam. E, por fim, a questão dos erros tipográficos ou de digitação. Os autores precisam ter claro que sua correção é a coisa mais fácil para eles fazerem em benefício de seu próprio manuscrito e tam-

bém que tal correção não é tarefa nem do editor nem dos revisores.

Dessa forma, gostaria de ressaltar que além de inconveniências para o autor e constrangimento para consultores e conselheiros, cada nova revisão significa ônus para o autor e a publicação devido a reformulações que poderiam ser evitadas se as solicitações fossem respondidas por completo e rapidamente.

E, para concluir, só me resta constatar que o Volume 14 teve seus números marcados pela interferência da tramitação arrastada. Contudo, pensamos que essa marca do volume não o desmerece, pois o leitor também constatará pela leitura de seu conteúdo, que ele foi marcado de outras formas, e que a média do tempo de tramitação é apenas reflexo de um estado de coisas que lhe faz pano de fundo. Isto posto, convido os leitores a apreciarem o trabalho dos carpinteiros que colaboram para o conteúdo deste número.

Referência

- American Psychological Association (1994). Publication Manual (4ª ed.). Washington, DC: Autor.
- Feitosa, M.A.G. (1994). O cientista e o limite da individualidade de estilo de expressão [Editorial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(3), iv-vi.
- Zannon, C.M.L.C. (1996). Procedimento operacionais e dificuldades mais comuns na tramitação, exame e revisão de manuscritos submetidos para publicação [Documento interno]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília.

Roberto Abreu e Silva Neto

ASSINATURAS

Assinaturas de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* podem ser solicitadas diretamente à:

Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa

Secretaria de Divulgação

Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia

70910-900 Brasília DF.

O valor da assinatura para indivíduos é R\$ 48,00 (profissionais) e R\$ 42,00 (estudantes); e para instituições é R\$ 75,00. Números avulsos para assinantes custam R\$ 14,00 (indivíduos profissionais), R\$ 13,00 (indivíduos estudantes) e R\$ 20,00 (instituições). Números avulsos para não assinantes custam R\$ 24,00 (indivíduos profissionais), R\$ 23,00 (indivíduos estudantes) e R\$ 37,00 (instituições). Valores sujeitos a atualização. Condição de estudante de graduação, ou pós-graduação, deve ser comprovada.

OFERTA ESPECIAL

Psicologia: Teoria e Pesquisa oferece um desconto especial de 20% na assinatura individual para estudantes de graduação ou pós-graduação para pedidos de, no mínimo, 10 assinaturas. A solicitação deste desconto especial deverá ser acompanhada de comprovante da respectiva instituição de ensino, ou carta assinada por professor, que ateste a condição de aluno dos solicitantes.

INTERESSADO EM AGILIZAR A TRAMITAÇÃO DE SEU MANUSCRITO?

Informações e dicas para os autores sobre aspectos de forma

O manuscrito é encaminhado para exame

O manuscrito é revisto por consultores ad hoc, pelo Conselho Editorial e na secretaria da revista. O exame pode ser mais rápido se o manuscrito está bem escrito e se já foi bem revisto pelo autor (incluindo revisão ortográfica e de consistência na apresentação de referências).

Textos mal redigidos comprometem o exame de mérito do conteúdo. Manuscritos mal preparados ou mal redigidos são sumariamente rejeitados. Manuscritos que parecem potencialmente interessantes para publicação mas que devem passar por modificações substanciais podem ser candidatos a uma tramitação prolongada. Manuscritos com inconsistências na apresentação de referências têm a tramitação prolongada com a consulta aos autores para as devidas correções.

Trecho selecionado do Manual da APA (4ª edição)

Conforme apropriadamente lembrado no *Manual da American Psychological Association* [APA] (1994), referências preparadas com acuidade são pontos a favor da credibilidade do autor como um pesquisador cuidadoso. De outro lado, conforme citado no Manual de APA (p. 175): "Uma referência incompleta e não acurada 'ficará impressa como um incômodo para futuros investigadores e um monumento ao descuido do escritor' (Bruner, 1942, p. 68)".

American Psychological Association. (1994). *Publication manual of the American Psychological Association* (4ª ed.). Washington, DC: Autor.

Informações e dicas para os autores sobre aspectos de conteúdo

Na reformulação de seu manuscrito o autor deve procurar atender às indicações dos pareceristas que atuam como leitores críticos de seu trabalho. Quando o autor discorda das indicações, cabe argumentação - menos no sentido de afirmação categórica de razões pessoais de preferência e mais de apresentação de argumentos que justifiquem o mérito científico de sua posição.